

# política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br

## STF tem 2 votos para manter preso ex-presidente do BRB

Ministros realizam votação por meio de julgamento virtual

### / INVESTIGAÇÃO

A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) tem dois votos para manter a prisão do ex-presidente do BRB (Banco de Brasília) Paulo Henrique Costa, decretada na semana passada pelo ministro André Mendonça. O julgamento ocorre em plenário virtual e se encerra amanhã.

O ministro Luiz Fux seguiu o relator. Ainda faltam votar os ministros Kassio Nunes Marques e Gilmar Mendes. O ministro Dias Toffoli não participa do julgamento, pois se declarou suspeito de julgar processos relacionados à investigação do Banco Master.

O ministro informou a colegas que tomou a decisão para evitar questionamentos sobre sua atuação, devido aos negócios feitos pela empresa de sua família com um fundo controlado pelo Master.

Em seu voto, Mendonça reitera os termos da decisão que autorizou a prisão e diz que a medida é fundamental para “resguardar a ordem econômica, a instrução criminal e a aplicação da lei penal”. Fux não apresentou voto escrito, apenas seguiu o relator.

Costa é investigado no âmbito da operação Compliance Zero, que investiga irregularidades na atuação do BRB para comprar o Master, do empresário Daniel Vorcaro, que também está preso e negocia acordo de delação premiada.

O ex-presidente do BRB é suspeito de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo as investigações, ele teria ocultado seis imóveis recebidos como pro-



Paulo Henrique Costa é suspeito de corrupção passiva e lavagem de dinheiro

pina, quatro em São Paulo e dois em Brasília, avaliados em R\$ 146,5 milhões, dos quais cerca de R\$ 74,6 milhões já teriam sido pagos.

O advogado Cléber Lopes, que faz a defesa de Costa, disse que seu cliente não praticou crime algum e que a prisão realizada foi um exagero por parte da Justiça. “A defesa continua firme na convicção de que o Paulo Henrique não cometeu crime algum”, disse.

A Segunda Turma também tem maioria para manter a prisão do advogado Daniel Monteiro, apontado como arquiteto jurídico do Master. De acordo com a PF (Polícia Federal), ele teria recebido R\$ 86 milhões para participar do esquema, viabilizando pagamentos e ocultando a titularidade dos imóveis.

A defesa de Monteiro afirmou que o advogado foi surpreendido pela decisão. “Sua atuação sempre se deu de forma estritamente técnica, na condição de advogado do Banco Master e de diversos outros clientes, sem qualquer parti-

cipação em atividades alheias ao exercício profissional”, afirmou.

Para André Mendonça, manter os investigados em liberdade significaria “risco concreto de desaparecimento de recursos e bens necessários à recomposição dos danos decorrentes dos ilícitos sob apuração”.

O ministro também diz que, como “a organização criminosa demonstra altíssima capacidade de reorganização, mesmo após a deflagração de operações”, a prisão é essencial para interromper a prática de “ocultação e reciclagem de capitais por meio de empresas de fachada”.

Ao longo da investigação, Paulo Henrique Costa costumava argumentar que nenhuma decisão foi individual dentro do BRB e que os instrumentos usados na compra de carteiras de crédito são comuns no mercado.

Os seis apartamentos atribuídos a Costa pela PF são de altíssimo padrão, com metragem elevada e alto custo de manutenção.

## Bolsonaro pede autorização para fazer nova cirurgia

### / SAÚDE

A defesa de Jair Bolsonaro (PL) pediu ao ministro Alexandre de Moraes autorização para que o ex-presidente realize uma cirurgia no ombro amanhã ou no sábado. A defesa diz que Bolsonaro “apresenta quadro de dor persistente e incapacidade funcional” no ombro direito, mesmo após tratamento conservador, e precisa usar remédios para dor diariamente.

“O exame físico e os exames de imagem indicam lesão de alto grau do tendão do supraespinhal,

com retração importante, comprometimento do terço superior do tendão do subescapular, subluxação da cabeça longa do biceps e lesões associadas, contexto em que foi formalmente indicado procedimento cirúrgico para fixação das lesões do manguito rotador do ombro direito e lesões associadas, por via artroscópica, de acordo com relatório médico realizado pelo Dr. Alexandre Firmino Paniago, datado de 14/04/2026”, aponta a defesa.

A defesa de Bolsonaro pede que Moraes libere “todos os atos médicos preparatórios, pré-opera-

tórios, internação, realização do procedimento, pós-operatório e reabilitação correlata diretamente vinculados ao tratamento cirúrgico indicado”.

Em 27 de março, o ex-presidente teve a prisão domiciliar humanitária concedida por 90 dias por Moraes para sua recuperação, após ter alta do hospital. No último mês, ele foi diagnosticado com “broncopneumonia bacteriana bilateral de provável origem aspirativa” e precisou ficar internado em tratamento intensivo por duas semanas.



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Mesmo medo, penas diferentes

Para o deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT, foto), a legislação brasileira ainda comete um erro grave: trata ameaça e perseguição como crimes de pesos diferentes, embora os efeitos sobre a vítima sejam quase sempre os mesmos. O resultado é uma brecha que, na prática, favorece a impunidade.



MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

## Violência começa antes da agressão

Hoje, a ameaça tem pena menor do que o crime de perseguição. Mas, na vida real, os dois comportamentos costumam caminhar juntos. Primeiro aparecem as mensagens, as intimidações, os avisos velados. Depois vêm a insistência, o controle, a vigilância e a perseguição. A vítima, porém, sente o mesmo impacto desde o início: medo, insegurança, ansiedade e a sensação permanente de que algo pior pode acontecer.

## Escalada silenciosa

Pompeo sustenta que tratar a ameaça como um delito menos grave, acaba permitindo que a violência cresça em silêncio, até chegar a agressões físicas ou mesmo ao feminicídio. “Chega de ter pessoas ameaçando, que é muito comum; chega de ter pessoas perseguindo, que é muito comum”, afirma o parlamentar. Na avaliação dele, “colocar ameaça e perseguição no mesmo patamar daria ao Estado mais força para agir logo no início, antes que o agressor avance”.

## Punição mais dura para evitar tragédias

Para o deputado, “a equiparação das penas tem também um efeito preventivo, pois a mensagem deixaria de ser a de que ameaçar alguém é um problema menor; na medida em que nós colocamos a ameaça e a perseguição no mesmo patamar, temos mais condições de enfrentar esse tipo de crime, processar esse tipo de crime, penalizar esse tipo de crime, e fazer com que os autores paguem pelo que cometeram”. Segundo ele, “a punição mais severa também serviria de exemplo para impedir novos casos”.

## A rotina de quem vive sob medo

Quem sofre ameaça ou perseguição muda a própria vida. Muitas vítimas deixam de sair de casa, trocam de telefone, evitam lugares, interrompem amizades e vivem olhando para trás. Não raro, uma frase aparentemente isolada é apenas o começo de uma escalada. O medo permanente, a sensação de estar sendo vigiada, e a incerteza sobre o próximo passo do agressor produzem marcas profundas.

## Crianças também se tornam vítimas

Pompeo defende ainda o aumento de pena quando a ameaça ou perseguição acontecem diante de familiares, especialmente crianças. Em muitos casos de violência doméstica, filhos presenciavam intimidações e acabam carregando o trauma. Mesmo sem serem o alvo direto, convivem com o medo, a tensão e a violência dentro de casa. Para o parlamentar, “quando o crime acontece na frente de crianças, a situação é ainda mais grave e precisa ser tratada como agravante”.

## A lei precisa reagir

Com ameaças e perseguições cada vez mais frequentes nas redes sociais e aplicativos de mensagens, Pompeo de Mattos argumenta que a legislação precisa acompanhar essa realidade. Para ele, “ameaça e perseguições não podem continuar sendo vistas como episódios menores ou desentendimentos passageiros. Quando alguém passa a viver sob medo constante, a violência já começou”.